

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Gasoduto que interrompe negócios por onde passa	2
Título: Notas	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Privatização de 168 estatais poderia render até R\$ 500 bilhões.....	4
Título: 'Governo não faz análise ampla para privatizar', diz economista	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Notas	12

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danielle Nogueira****Título: Gasoduto que interrompe negócios por onde passa**

Bloqueio da Petrobras impede avanço de atividades em Maricá e Itaboraí. Empresas querem indenização.

O polo petroquímico do Comperj, em Itaboraí, ainda é um esqueleto de obras inacabadas, mas um gasoduto para levar gás natural do pré-sal da Bacia de Santos à unidade atormenta a vida de pequenos empreendedores e empresas que terão suas terras atravessadas pelo duto. Eles investiram para desenvolver atividades de mineração e se viram obrigados a suspender os planos, devido a um bloqueio minerário pedido pela Petrobras em áreas de Maricá e Itaboraí, sob as quais passará o gasoduto. A empresa já os indenizou pelo terreno, mas os empresários querem ressarcimento pelos investimentos feitos.

O casal Maria Yolanda e Manoel Lima é dono de dois terrenos em Maricá. Um deles será cortado pelo gasoduto. Na área vizinha, eles descobriram uma fonte de água mineral a cerca de 260 metros do local onde ficará o equipamento. Desde 2006, já empregaram mais de R\$ 500 mil na contratação de geólogos, pesquisa e taxas ao governo. Empolgados, abriram a empresa Fonte São Bento para explorar os recursos hídricos e elaboraram o rótulo do que seria uma nova concorrente no mercado de água mineral: Favorita.

Com o alvará de pesquisa do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), deram entrada no licenciamento ambiental no Inea e instalaram uma bomba para levar a água do lençol freático à superfície. A notificação do DNPM, que receberam no início de 2017, informando sobre a "suspensão imediata da análise e tramitação dos autos processuais" no órgão, devido ao pedido de bloqueio da Petrobras, foi como um balde de água fria.

— A gente já havia recebido indenização pela passagem do gasoduto em um de nossos terrenos. Não podemos nem plantar árvores frutíferas lá, por causa das raízes. Mas a fonte está na área vizinha. Queremos remover esse embargo — diz Yolanda, cujo advogado esteve na Petrobras em agosto para discutir o assunto, mas saiu de lá sem definição.

O pedido de bloqueio da Petrobras, que congelou a análise pelo DNPM de processos relativos a áreas que estão a 500 metros de cada lado do gasoduto, foi encaminhado ao departamento em abril de 2013. Mas o despacho

concedendo o bloqueio provisório só foi publicado no Diário Oficial em julho de 2015. Nesse meio tempo, o Comperj caiu na mira da Lava-Jato e teve suas obras suspensas por indícios de superfaturamento. Diante da incerteza quanto aos rumos do projeto, os empreendedores continuaram tocando seus planos de mineração. Agora, estão com um mico na mão, pois a Petrobras planeja retomar as obras da unidade.

O gasoduto integra o projeto Rota 3, que compreende dutos, gasodutos e a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) do Comperj. Ele terá 307km sob o mar e um trecho terrestre de 48km, conectando Maricá ao polo petroquímico. Lá, o gás natural vai alimentar a unidade de processamento, sendo redistribuído a outros mercados. Se a refinaria do Comperj vingar, também será abastecida pelo gás. Segundo a Petrobras, a parte marítima do duto já está em construção. O trecho terrestre está em fase de licitação, e as obras devem começar este ano.

DESAFIO "É CHEGAR A VALOR JUSTO"

A mineradora Urupá e seus sócios realizaram pesquisas em cinco terrenos em Itaboraí que serão cortados pelo gasoduto. O objetivo era extrair areia para construção civil. Quatro dessas áreas têm autorização de pesquisa. A outra, em estágio mais avançado, está com o requerimento de lavra em análise no DNPM. Foram investidos cerca de R\$ 250 mil nos projetos. A Urupá planejava usar a receita dessas áreas para encerrar as atividades de um outro empreendimento, em Japeri, cujas jazidas estão se esgotando.

— A empresa nunca foi notificada do bloqueio mineral. Soubemos pelo Diário Oficial — diz Celso Fraga, consultor ambiental da Urupá, que está disposta a renunciar aos títulos minerários se conseguir um acordo extrajudicial com a Petrobras.

A estatal disse caber indenização nos casos com "relatório de pesquisa final aprovado pelo DNPM ou alvará de lavra para (...) exploração", como prevê o Código de Mineração. No caso da Fonte São Bento, diz, estuda se é possível alterar o bloqueio num ponto específico ou ressarcir os investimentos. O bloqueio mineral, explicou, é uma medida preventiva de segurança, para mitigar riscos para as instalações e as comunidades próximas.

No caso da Urupá, a Petrobras diz que a empresa não tem "relatório final de pesquisa aprovado, logo, segundo a legislação e as regras em vigor, não cabe indenização" Fraga, da Urupá, reconhece que só uma das áreas tinha relatório de pesquisa aprovado antes da concessão do bloqueio. Ainda assim, a empresa e seus sócios buscarão ressarcimento. Para advogados, o pleito tem respaldo jurídico, pois os empreendedores perderão uma oportunidade de negócio.

Daniel Giacomini, coordenador do contencioso estratégico do Braga Nascimento e Zilio Advogados, avalia que "o problema nesses casos é sempre como chegar ao valor justo"!

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ancelmo Gois

Título: Notas

Dinheiro jogado fora

Por US\$ 38,5 milhões cada, a Petrobras vendeu, semana passada, num leilão internacional, para a Rowan Companies, as plataformas de perfuração P-59 e P-60. Elas estavam paradas, dando prejuízo. No mercado, uma nova custa entre US\$ 130 milhões e 150 milhões. Só que, em 2012, acredite, a estatal pagou por cada uma cerca de US\$ 360 milhões ao consórcio Paraguaçu, formado por Odebrecht, Queiroz Galvão e UTC, todas alvos da Lava-Jato.

Fator Gabrielli...

Aliás, Dilma, então presidente, esteve no lançamento da P-59, na Bahia, e fez questão, em seu discurso, de cumprimentar o ex-presidente da estatal José Sérgio Gabrielli, "o grande gestor que propiciou a construção dessa plataforma". Ela também elogiou o ex-diretor Renato Duque, condenado, em agosto de 2017, a 10 anos de prisão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Privatização de 168 estatais poderia render até R\$ 500 bilhões

Não é só a Eletrobras. É também a Agência de Pesca do Amapá. Não é apenas a Sabesp, em São Paulo, ou a Cedae, no Rio. É a Empresa Baiana de Alimentos, o Jardim Botânico de Brasília ou mesmo a Companhia de Processamento de Dados da Paraíba.

A lista de empresas públicas com potencial para serem privatizadas é longa. Mais precisamente, são 168 estatais e 109 subsidiárias, na União e em todos os Estados.

O potencial de arrecadação, por sua vez, é elevado: gira entre R\$ 400 bilhões e R\$ 500 bilhões.

Os dados constam de uma pesquisa realizada pela consultoria internacional Roland Berger. Foram avaliadas 496 estatais. Dessas, 219 ficaram de fora do cálculo, por não serem passíveis de venda ou não terem informações disponíveis —o que quer dizer que o montante poderia ser ainda mais elevado.

O maior potencial de arrecadação estaria no governo federal. Tomando com base um valor de R\$ 421 bilhões com as vendas, 71% estariam concentrados na União.

Para ter uma dimensão, os recursos seriam suficientes para cobrir quase três vezes o deficit primário do setor público, segundo o resultado mais recente divulgado pelo Banco Central.

O cenário apresentado pelo estudo, porém, é hipotético -não quer dizer que seja factível ou mesmo desejável, segundo Antonio Bernardo, presidente da consultoria no Brasil e na América Latina.

"A ideia foi mostrar o potencial máximo para que o Estado reduza a sua participação no mercado, mas isso pode ser feito de diferentes formas que não necessariamente a venda completa da empresa. Há alternativas como concessões ou uma abertura gradual do capital."

O estudo de fato expõe um cenário drástico, mesmo para os maiores entusiastas.

Dos R\$ 421 bilhões de potencial identificado, a maior fatia (47%) viria do setor financeiro, e a maior parte desse valor seria referente à venda da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do BNDESPar (braço de participação acionária do BNDES) —privatizações que hoje nem sequer são cogitadas e que são, no mínimo, polêmicas.

Em seguida, vêm empresas dos setores de óleo e gás (15%), saneamento básico (15%), transportes (8%) e energia (5%).

Estados com dívidas altas têm bons ativos

Os governos estaduais teriam uma arrecadação de até R\$ 121 bilhões com a venda de 132 estatais. O valor seria suficiente para abater cerca de um quinto da dívida pública total das unidades federativas —que era de R\$ 604 bilhões em outubro de 2017, segundo o Banco Central.

Há, porém, grande variação entre as regiões. São Paulo responde pela maior fatia do valor —R\$ 48 bilhões.

Em seguida, vêm dois Estados que atravessam graves crises fiscais: o Rio de Janeiro (com potencial de levantar R\$ 12 bilhões) e o Rio Grande do Sul (R\$ 11 bilhões).

Embora muitos economistas rechacem que a venda de estatais seja usada como forma de apenas fazer caixa, governos com altos deficit tendem a acelerar processos de desestatização, afirma Paulo de Carvalho Lins, pesquisador do Ibre/FGV.

No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, o próprio plano de recuperação fiscal firmado com a União exige a desestatização da Cedae, companhia de água e esgoto do Estado —a ideia é que o valor arrecadado seja usado para o pagamento de dívidas.

Para o economista Fabio Giambiagi, as privatizações tiveram um papel importante de minimizar o aumento da dívida pública há quase 30 anos, mas atualmente a situação é diferente.

"O impacto das privatizações de 1990 foi muito contestado, porque a dívida ao fim era muito maior, dando a impressão de que havia se privatizado por nada. Mas isso não quer dizer que [as vendas] não tenham sido úteis. Se não tivessem sido feitas, a dívida seria maior ainda."

Hoje, porém, a situação é diferente, porque a natureza do desequilíbrio fiscal mudou: não está mais associado a um deficit das próprias estatais, e sim ao rombo da Previdência —o que muda a lógica das desestatizações.

Apesar de o tema ser mais palatável hoje, as privatizações ainda sofrem resistência, em especial da classe política, que tem influência sobre as estatais, mas também da opinião pública, que as veem como uma espécie de patrimônio coletivo.

"A oposição é grande, porque mexe com feudos políticos e com sindicatos. Para começar a se fazer uma modelagem de venda, as empresas precisam estar engajadas. É preciso ter acesso à documentação e aos dados, o que não é fácil", afirma Mauro Penteado, sócio de infraestrutura do Machado Meyer.

Para analisar as reais vantagens e a viabilidade das privatizações, seria preciso uma análise caso a caso, diz Sérgio Lazzarini, professor do Insper.

"Há estatais boas. Se o objetivo é melhorar, é preciso separar o joio do trigo."

Além disso, antes de pensar na privatização de grandes empresas — principalmente as que têm monopólio do mercado —, é preciso garantir que a regulamentação vigente assegure a concorrência, para evitar novos monopólios ou oligopólios privados, afirma Bernardo.

"A privatização é um processo legalmente complicado, porque é preciso mudar os marcos legais, como mostrou o processo da Eletrobras. Além disso, é preciso fortalecer as agências reguladoras. Sem isso, não haverá privatização boa", diz Lazzarini.

Venda de BB e Caixa renderia R\$ 117 bi à União

A privatização de bancos públicos como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal é, de longe, aquela com maior potencial de arrecadação: só com as duas instituições, o valor seria de R\$ 117 bilhões —embora essa possibilidade seja hoje remota.

Ao valor, seriam somados outros R\$ 63 bilhões com a saída do BNDESPar (braço de participação acionária do BNDES) de empresas privadas.

"Não consideramos a venda do BNDES, já que um banco de fomento naturalmente deve ser público. Agora, na Caixa e no Banco do Brasil há necessidade de ter gestão pública? [Os bancos] têm atividades como gerir o financiamento de habitação e do setor rural que poderiam ir para o BNDES", afirma o presidente da Roland Berger no Brasil, Antonio Bernardo.

Para ele, os bancos não são "vendáveis", mas seria possível iniciar um processo de diluição de capital, em que o governo pudesse ter poder de veto —no Banco do Brasil, isso seria mais factível; na Caixa, em que há deficit de capital e maiores problemas de gestão, seriam necessários mais ajustes.

O setor de óleo e gás, dominado pela Petrobras, é outro caso com forte potencial de desestatização —especificamente a Petrobras.

"A gestão e a governança melhoraram muito, e há movimentos como a abertura de capital da BR Distribuidora [subsidiária da Petrobras]", afirma Bernardo.

Uma privatização da estatal de petróleo, porém, é altamente controversa: tem forte resistência por parte da população, de políticos, sindicatos e mesmo especialistas.

Para Giambiagi, uma privatização da Petrobras não está em cogitação. "Não é uma maluquice, mas não vai acontecer no curto ou médio prazo. Talvez na próxima década."

Um aspecto importante a avaliar é se as empresas privadas promoveriam os mesmos investimentos de risco em pesquisa e desenvolvimento que a estatal de petróleo promove, diz Lazzarini.

"Poderiam até ter linhas de crédito, mas vou conseguir realmente estimular empresas privadas a investir em inovação? No setor automotivo isso foi feito, mas não gerou nada", afirma.

Travadas, vendas no saneamento trariam R\$ 61 bi

A privatização de companhias de saneamento básico detém o principal potencial de arrecadação de recursos para os Estados.

A Sabesp, a maior do país, traria R\$ 10 bilhões aos cofres do Estado de São Paulo.

A Cedae, do Rio de Janeiro, avaliada em cerca de R\$ 11 bilhões, também poderá gerar um valor relevante caso sua venda seja destravada —pelo atual acordo de recuperação fiscal do Estado, o valor será usado para abater dívidas.

As dez empresas seguintes com os maiores valores do mercado poderiam ser vendidas a uma faixa de R\$ 2 bilhões a R\$ 5 bilhões cada uma.

A entrada de empresas privadas no setor começou há 20 anos, mas entraves legais impedem o seu avanço, diz Alexandre Lopes, da Abcon (associação das concessionárias privadas do segmento).

Na avaliação de especialistas do setor, além da resistência política, há dificuldade porque as regras são esparsas. Cada Estado faz uma norma específica, e muitos dificultam a participação de entes privados.

Hoje, uma lei específica barra a privatização. Segundo ela, caso o controle da companhia seja transferido, todos os contratos com as prefeituras seriam desfeitos —basicamente, a empresa perderia todos seus ativos.

Com isso, restam as opções de concessões, nas quais o setor privado afirma ter desvantagem, segundo Lopes.

"Para uma empresa estatal firmar contrato com uma prefeitura, não é preciso nenhuma concorrência, enquanto, para uma privada entrar, isso só pode ocorrer por meio de licitação."

ESTATAIS NA MIRA

Veja alguns dos projetos de privatização em curso nos Estados

SÃO PAULO**Cesp**

A privatização da empresa está paralisada deste setembro de 2017, quando o leilão foi cancelado por falta de interessados. O governo paulista aguarda um acordo com a União para prorrogar a concessão das usinas da empresa e tornar os ativos mais atrativos. A Secretaria da Fazenda estadual não passou uma previsão para a conclusão do processo

Sabesp

Prevista para este ano, segundo declarações recentes do governador Geraldo Alckmin, a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo deverá ocorrer com a criação de uma controladora da qual a Sabesp fará parte e na qual o governo terá participação de 51%. O plano já foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado

RIO DE JANEIRO**Cedae**

A privatização da empresa é alvo de briga judicial, com liminares travando o processo. A expectativa do governo fluminense é que a venda ocorra ainda em 2018 — a modelagem e a precificação, que estão sendo conduzidas pelo BNDES, começarão até o fim deste mês, segundo a Secretaria da Fazenda do Rio. A desestatização é um dos requisitos exigidos pela União no plano de recuperação do Estado do Rio, e o valor será destinado ao pagamento de dívidas

RIO GRANDE DO SUL**Banrisul**

Em grave crise fiscal, o governo gaúcho chegou a colocar parte das ações do banco à venda, em outubro de 2017, mas recuou dois meses depois. A União pressiona pela privatização da instituição, em troca de apoio federal para um plano de recuperação fiscal do Estado. Para isso, porém, ainda será preciso convencer parlamentares a alterarem a Constituição gaúcha, que exige a realização de um plebiscito em caso de venda de estatais. O governo estadual não respondeu à reportagem sobre um prazo para a conclusão do processo

PARANÁ**Sanepar**

Listada na Bolsa, a Companhia de Saneamento do Paraná foi cogitada para privatização no fim de 2016. À época, o BNDES, que tem conduzido o programa federal de concessões no setor, anunciou que o Paraná havia formalizado seu interesse em participar. O processo, porém, não foi adiante, e o governador tucano Beto Richa já descartou a venda em declarações públicas. Procurada, a Secretaria da Fazenda do Estado afirma que de fato "não há nenhuma intenção de vender o controle acionário da Sanepar"

MINAS GERAIS

Cemig

Desde o primeiro semestre de 2017, a Companhia Energética de Minas Gerais passa por um plano de desinvestimentos -que, no entanto, não tem sido facilmente aceito pelos parlamentares mineiros e sindicato dos trabalhadores da empresa. O leilão de quatro de suas usinas passou por uma briga judicial de quatro meses, até a realização do certame, em setembro do ano passado. Também está inclusa no plano a venda de participações acionárias na Gasmig (companhia de gás do Estado), na distribuidora de energia Light, na transmissora Taesa, entre outros ativos

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: T.H.

Título: 'Governo não faz análise ampla para privatizar', diz economista

O professor do Insper **Sérgio Lazzarini**

A decisão sobre privatizar ou não uma empresa estatal passa necessariamente por uma análise de seu impacto social, ambiental e estratégico, segundo o professor do Insper Sérgio Lazzarini.

O economista defende uma avaliação aprofundada de cada caso antes de iniciar um processo de desestatização —o que, segundo ele, não é o que tem sido feito pelo atual governo federal.

Folha - É viável pensar na privatização de grandes empresas como Petrobras ou Caixa?

Sérgio Lazzarini - Primeiro, é desejável privatizar? A volta do debate é bem-vinda, mas faria uma análise mais aprofundada. O que se tem falado é 'vamos privatizar, porque deu tudo errado'. Mas olha o que está acontecendo com a

Petrobras, que está indo em um caminho de melhoria de gestão, fez um 'turnaround' [reestruturação] grande.

Outra pergunta que se tem que fazer é: é desejável ter uma estatal nesse setor?

Se eu vou privatizar o Banco do Brasil ou a Caixa, que têm uma capilaridade em áreas menores, onde o setor privado não está presente, tem que se perguntar se esses objetivos serão atendidos pelo setor privado.

Acho que haveria mais oportunidades de privatizar estatais muito problemáticas.

É o caso da Petrobras?

Depende. Se você me falar "quero que a Petrobras atue como extratora de óleo", eu vou ser o primeiro a falar "privatiza". Agora, se você quer uma Petrobras como desenvolvedora de tecnologia de alto risco de exploração, que vai gerar ganhos de conhecimento, aí é outro papo.

Em quais setores há exemplos dessas estatais mais problemáticas?

Essa análise é caso a caso, pensando no papel de cada estatal. Não é algo por setor.

Qual é o impacto das privatizações na arrecadação, no curto e no longo prazo?

O problema fiscal não se resolve com privatização. Vamos pegar esse valor de R\$ 400 bilhões. Isso equivale a dois, três anos de deficit da Previdência. Você vai resolver um problema de curto prazo. Problema fiscal só se resolve com ajuste fiscal.

Claro que você pode privatizar para montar caixa, isso é bem-vindo, mas isso não dispensa uma análise aprofundada.

*As privatizações que estão em discussão hoje têm passado por essa análise técnica? *

Não, acho que está [ocorrendo] a partir da motivação de determinados gestores. O ministro da Energia [Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE)] cogitou a privatização da Eletrobras e se tocou.

Não há um esforço centrado, técnico e amplo para fazer essa análise, uma triagem do tipo de estatal, de como está a governança, quais são os objetivos sociais que quero perseguir, os cuidados a tomar e assim por diante.

Como seria essa análise?

Teria que ter um grande mapeamento de todas as estatais em algumas dimensões. Uma é como está a governança. Se a Petrobras está avançando em termos de governança, eu esperaria mais, não colocaria como prioridade. A Eletrobras avançou, mas menos, e as distribuidoras têm uma grande influência política.

A segunda pergunta é se a estatal está gerando impacto socioambiental para além do que o mercado conseguiria e se você precisa de uma estatal para conseguir os objetivos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Fernanda Guimarães

Título: Notas

» **Nunca antes.**

Após retomar duas plantas paradas de mineração e ancorada pela melhora dos preços do minério de ferro, a Usiminas registrou em dezembro recorde histórico de vendas. No período, foram negociadas 800 mil toneladas do insumo. O recorde anterior havia sido registrado em outubro de 2013, com a marca de 744 mil toneladas.

» **Ritmo forte.**

A siderúrgica mineira estimou, no fim do ano passado, que a Mineração Usiminas (Musa) vai operar, em 2018, em um ritmo de seis milhões de toneladas. Desse total, 3,5 milhões devem ser destinados para exportação e 2,5 milhões de toneladas, para uso próprio. Neste ano, o preço do minério de ferro já subiu cerca de 9%, para quase US\$ 80 por tonelada.

MME / ASCOM .